

**A TRADIÇÃO MARXISTA, AS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA E O MOVIMENTO  
LGBTQIA+: POLÊMICAS HISTÓRICAS E TENSÕES CONTEMPORÂNEAS**

**LA TRADICIÓN MARXISTA, LAS ORGANIZACIONES DE IZQUIERDA Y EL  
MOVIMIENTO LGBTQIA+: CONTROVERSIA HISTÓRICA Y TENSIONES  
CONTEMPORÁNEAS**

**THE MARXIST TRADITION, LEFT-WING ORGANIZATIONS AND THE LGBTQIA+  
MOVEMENT: HISTORICAL CONTROVERSIES AND CONTEMPORARY TENSIONS**

DOI: 10.9771/gmed.v15i3.58622

James N. Green<sup>1</sup>

[Entrevista: Márcia S. Lemos e Renan Quinalha]

James N. Green é, hoje, um grande brasileiro. Prestes a aposentar-se de uma carreira admirada como docente e pesquisador da renomada Universidade de Brown, pertencente ao seletivo grupo da *Ivy League* (as oito universidades mais tradicionais dos EUA), o historiador tem uma longa trajetória de colaboração com o Brasil.

Nas últimas décadas, ele viveu por anos em nosso país, engajou-se politicamente em organizações revolucionárias e do movimento LGBTQIA+ brasileiros, dedicou-se à produção de livros e artigos sobre história da ditadura e sobre questões de gênero e sexualidade. Sua tese de doutorado, publicada aqui sob o título *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (Editora Unesp), é um dos trabalhos acadêmicos pioneiros no campo.

Nesta entrevista, James retoma sua trajetória de ativismo e de produção intelectual nos EUA e no Brasil, traçando uma análise profunda sobre os desafios postos ao cruzamento entre os marxismos e as lutas por liberdade sexual de gênero, com um olhar acurado e crítico às experiências passadas do século XX, bem como anunciando suas apostas e perspectivas para a luta anticapitalista no século XXI.

**Germinar:** Verificamos em sua produção escrita uma forte relação entre seu trabalho teórico e atuação política. Nesta perspectiva, você pode falar sobre sua trajetória no âmbito do marxismo e da militância nos movimentos por emancipação sexual?

**James Green:** O ano de 1973 talvez tenha sido o ano mais importante da minha vida. Eu tinha acabado de terminar os cursos de alemão e de ciência política na universidade e morava com outros sete ativistas radicais antiguerra do Vietnã em uma comuna na Filadélfia, que tinha como foco um grupo de estudo semanal sobre a América Latina. Optei por liderar a discussão sobre o Brasil e acabei entrando em contato com um grupo chamado Comitê Contra a Repressão no Brasil (CARIB), fundado por um exilado brasileiro que morava em Washington. Comecei a colaborar com eles em campanhas para denunciar a tortura e a repressão da ditadura no Brasil.

Ao mesmo tempo, eu estava finalmente aceitando minha sexualidade e assumindo a minha homossexualidade, depois de muitos anos de agonia por causa dos meus desejos reprimidos. Isso me levou a também me envolver com a política gay local.

Paralelamente a esses dois processos, influenciado pela leitura do grupo de estudos sobre América Latina, especialmente sobre "o caminho chileno para o socialismo" de Salvador Allende, tornei-me cada vez mais próximo das perspectivas marxistas e, posteriormente, juntei-me a um grupo de estudos marxistas para ler os textos clássicos.

Após o golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile, as pessoas que se solidarizavam com a resistência brasileira nos Estados Unidos voltaram seu foco para o Chile. Ajudei a fundar o Comitê de Emergência sobre o Chile (Chile Emergency Committee), em Filadélfia, que tentou informar e conscientizar as pessoas sobre as graves violações dos direitos humanos sob Pinochet e sobre o apoio do governo dos EUA ao golpe.

Diferentes grupos de esquerda aderiram a este movimento e comecei a ter contatos com várias organizações: o Partido Comunista (PC), o Partido Socialista dos Trabalhadores (Socialist Workers Party – SWP, um grupo trotskista) e duas organizações maoístas. Fiquei interessado em ingressar em um grupo marxista. Durante nossas discussões, conversei sobre minha homossexualidade e perguntei sobre as posições desses grupos em torno do tema.

Assim que contei a um membro do Partido Comunista que era gay, ela deixou de demonstrar interesse em recrutar-me para o grupo de jovens do PC. Quando falei com um representante de uma das duas organizações maoístas em Filadelfia, ele me disse que ele próprio era gay, mas que tinha abandonado a sua homossexualidade para fazer parte da organização revolucionária. Explicou também que a homossexualidade era um produto da decadência burguesa, que seria eliminada com a revolução. Os trotskistas do SWP tinham acabado de mudar a sua posição e apoiavam o movimento gay e lésbico em emergência nos Estados Unidos, mas o ativismo de solidariedade com o Chile – influenciado pelo Partido Comunista – era anti-trotskista, o que me deixou relutante em considerar aderir ao trotskismo.

Assim, permaneci independente e, com outro ativista gay social-democrata, formei um grupo de estudos para tentar compreender a conexão entre as análises marxistas e as sexualidades. Lemos alguns textos clássicos, incluindo *As origens da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels, mas eu acho que era muito jovem e inexperiente para realmente entender essas leituras. Mesmo assim, eu me considerava parte da esquerda revolucionária e tinha muita simpatia pelo Movimento da Esquerda Revolucionário (MIR) de Chile.

O que me faltou foi uma compreensão clara da relação entre a repressão da sexualidade não normativa e as ideias marxistas sobre economia, política e Estado.

**Germinal:** Você tem uma longa história de atuação política, desde os movimentos antiguerra do Vietnã nos Estados Unidos da América, já mencionado, passando pela resistência à ditadura empresarial-militar do Brasil, pela liderança da ala de esquerda do [SOMOS \(Grupo de Afirmação da Homossexual\)](#), e pela fundação do Lavender Caucus para defender os direitos dos trabalhadores LGBTs em Los Angeles, além de ter concorrido ao Congresso Americano por três vezes. Quais as principais contradições enfrentadas pela militância homossexual para atuar na esquerda revolucionária e em organizações sindicais no Brasil e nos EUA, entre as décadas de 1970 e 1980? É possível afirmar que a hostilidade à esquerda cresceu dentro do movimento homossexual nos anos posteriores? Qual é a importância da superação dos impasses colocados àquela época para a organização das lutas anticapitalistas no século XXI?

**James Green:** Os processos no Brasil e nos Estados Unidos foram, em muitos aspectos, bastante diferentes. Os Estados Unidos estiveram envolvidos na guerra do Vietnã, o que resultou na mobilização de dezenas de milhares de jovens contra a guerra, criticando a política externa dos EUA e vendo paralelos dos interesses imperiais dos EUA noutras partes do mundo, incluindo a América Latina. Ao mesmo tempo, o movimento pelos direitos civis abriu os olhos de muitos jovens brancos da classe média para as hipocrisias dos discursos oficiais sobre a democracia, levando-os também a questionar muitas ideias fundamentais sobre os Estados Unidos que tinham aprendido na escola durante a Guerra Fria.

Este questionamento dos discursos mais difundidos sobre democracia e igualdade, que são os mitos fundadores dos Estados Unidos, abriu as portas a outras questões, como a opressão das mulheres e, eventualmente, a repressão e a discriminação contra o que hoje chamamos de pessoas LGBTQIA+. Esse movimento explodiu depois de 1969, no auge da radicalização juvenil e estudantil, e rapidamente teve impacto num setor da esquerda, que lentamente mudou as suas posições. Esse processo se intensificou em meados da década de 1970, quando a direita começou a se mobilizar contra as demandas LGBTQIA+ por igualdade e inclusão. Uma coligação de cristãos evangélicos e republicanos conservadores lançou uma série de ataques ao movimento, por exemplo eliminando uma lei num município da Flórida que concedia proteção igual às pessoas LGBTQIA+ ou articulando uma iniciativa estatal na Califórnia para proibir gays e lésbicas de serem professores em

escolas públicas. Tais campanhas da extrema-direita mobilizaram centenas de milhares de pessoas e influenciaram uma mudança na maioria dos setores da esquerda marxista nos Estados Unidos em direção a posições mais abertas. Mas temos de compreender que, contando todas as diferentes organizações marxistas que surgiram nas décadas de 1960 e 1970, elas não somavam mais de trinta mil pessoas num país que na altura tinha 200 milhões de habitantes.

A situação no Brasil era bem diferente. Precisamente no momento em que o movimento LGBTQIA+ se expandia dramaticamente no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, a ditadura militar impôs o AI-5 e as medidas draconianas que fecharam o Congresso, aumentaram a censura, ampliaram a repressão e a tortura. Embora, por exemplo, na Argentina, ex-militantes do Partido Comunista tenham formado o primeiro movimento LGBTQIA+ naquele país em 1967/68, a situação política na Argentina e no Brasil, para citar dois países, era hostil a quaisquer novos movimentos políticos emergentes para desafiar tanto a homofobia social como os preconceitos da esquerda.

Foi apenas no final da década de 1970, durante o processo de distensão do presidente-general Ernesto Geisel, isto é, a abertura controlada, que houve espaço político para gays e lésbicas desafiar as noções tradicionais sobre sexualidade e debaterem a questão dentro da esquerda. Durante este processo, foram fundadas novas organizações marxistas, principalmente organizações trotskistas, como a Convergência Socialista, que devido a mudanças de atitudes na Europa e nos Estados Unidos entre grupos trotskistas semelhantes, mostravam-se abertas a repensar as ideias marxistas tradicionais.

Porém, o “Movimento Homossexual Brasileiro” (MHB), como o chamávamos na época, era pequeno, e a esquerda dentro dele ainda menor, o que fez com que nos primeiros anos do movimento tivessem uma influência pioneira e importante, mas mínima, tanto na sociedade como na esquerda. Foi só depois de uma década de democracia que o movimento cresceu significativamente e pôde, portanto, começar a mudar efetivamente atitudes, ideias e políticas.

O desafio para os marxistas revolucionários ou simplesmente para os ativistas LGBTQIA+ que trabalham em um sindicato ou em uma organização comunitária ou em qualquer lugar do Brasil ou dos Estados Unidos é a necessidade de lutar contra 4.000 anos de uma tradição judaico-cristã que considera a homossexualidade uma aberração, um estado antinatural, uma imoralidade, uma perversão, uma doença, uma fraqueza, uma doença mental.

Estas ideologias interrelacionadas permeiam todos os segmentos da sociedade, elas são generalizadas. Baseiam-se em códigos religiosos, noções de papéis apropriados de gênero e em supostos entendimentos científicos. Eles estão por toda parte e é muito difícil desafiá-los. Na verdade, eu diria que uma das mudanças mais dramáticas na história da sociedade ocidental foram as transformações que ocorreram nas mentes de milhões de pessoas num espaço de tempo muito curto sobre a homossexualidade e a identidade de gênero. Tenho visto mudanças inimagináveis na minha vida, simbolizadas pelos casamentos entre pessoas do mesmo sexo, para citar apenas um exemplo.

Porém, o desafio é fazer com que as pessoas mudem de ideias e contrariem 4 mil anos de ideologias que oprimem e discriminam as pessoas que hoje em dia chamamos LGBTQIA+.

E a ideia revolucionária do movimento, que causou essa transformação, foi uma ideia simples de se assumir publicamente e anunciar aos seus amigos, familiares, colegas de trabalho e à sociedade que você é uma pessoa gay, lésbica, trans ou bi e que o problema não é nosso, mas daqueles que nos discriminam. Esta ideia tem sido fundamental para esta transformação revolucionária.

No entanto, não é fácil estar sempre aberto. A rejeição que as pessoas LGBTQIA+ experimentam ao compreenderem a sua sexualidade e identidade de gênero por parte da sua família, dos seus colegas de escola e de outros, leva muitos a serem cuidadosos e cautelosos na partilha destas informações. Sempre existe o medo de ser marginalizado. Portanto, o primeiro passo depois de se assumir é tomar consciência de que a pessoa LGBTQIA+ não é o problema, mas sim as ideologias enraizadas na sociedade.

Este foi o processo de Herbert Daniel, o estudante de medicina que se tornou revolucionário marxista e se juntou à luta armada, exilou-se e, depois de regressar ao Brasil, tornou-se um ativista em defesa das pessoas vivendo com HIV/Aids. Quando estudante de medicina em Minas Gerais, ele se juntou a uma organização revolucionária, mas logo sentiu que o *ethos* do grupo não lhe oferecia espaço para sua homossexualidade, embora alguns indivíduos na organização soubessem de seus desejos sexuais e fossem receptivos ou tolerantes. No entanto, Daniel sentiu que não poderia ser gay e revolucionário, então reprimiu sua sexualidade por cinco anos enquanto estava na clandestinidade. Só depois de viver a abertura como homossexual exilado em Portugal e em Paris é que ele conseguiu se sentir inteiramente confortável com a sua homossexualidade.

Há outro conjunto de problemas que os marxistas revolucionários enfrentam ao realizarem trabalho político num sindicato ou em comunidades da classe trabalhadora. Dado que muitos revolucionários empenhados provêm de meios estudantis e de classe média, eles já experimentam que são “diferentes” das pessoas que estão a organizar. A sua fala, a sua linguagem, os seus valores são muitas vezes elementos que os diferenciam das pessoas que pretendem “organizar”. Muitos destes militantes pensam que têm de agir e adotar as suas políticas como aqueles que querem conquistar para as ideias revolucionárias, por isso tentam imitar as pessoas que procuram recrutar para os seus esforços. Dado que todas as sociedades ainda estão repletas de milhões de pessoas que têm ideias tradicionais sobre a homossexualidade, a maioria das pessoas pensa que se defenderem os direitos das LGBTQIA+ não serão capazes de conquistar as pessoas para a sua causa.

Isto também é verdade em um nível social mais macro, quando um partido político, como o PT, adota formalmente um programa em defesa dos direitos LGBTQIA+, mas hesita em mencioná-lo porque o eleitorado que eles querem conquistar é evangélico. O argumento, claro, é que poderia perder votos. A questão da liberdade sexual torna-se secundária e é escanteada quando estão em jogo derrotas eleitorais.

**Germinar:** É fato que a tradição marxista deu importante contribuição para as lutas da população LGBTQIA+ ao longo da história, tanto quanto, em determinadas conjunturas, desqualificou os movimentos por emancipação sexual enquanto um conflito menor. Por outro lado, a teoria *queer* e o movimento dos *queers of color* são apontados por intelectuais como Judith Butler como grandes avanços para os estudos sobre gênero e sexualidade, constituindo-se num caminho a ser seguido em termos epistemológicos e de mobilização social. Quais paradigmas demarcam a diferença entre esses dois campos? Há potencialidade na aproximação ou são inconciliáveis?

**James Green:** Na minha opinião, o movimento LGBTQIA+ é essencialmente democrático, razão pela qual muitos marxistas tradicionais do “século XIX” consideram-no de importância secundária porque as reivindicações do movimento não estão relacionadas com a economia e os meios de produção. No entanto, creio que o período do fascismo nas décadas de 1930 e 40, a onda de regimes autoritários na América Latina nas décadas de 1960 e 1970 e o ressurgimento de forças profascistas e fascistas nos últimos anos trazem à luz a importância dos movimentos que tenham caráter democrático. Isto está, naturalmente, em conflito com as ideias marxistas-leninistas tradicionais sobre a ditadura autoritária do proletariado, que, infelizmente, quando os governos seguem estes modelos, acabam por eliminar a liberdade das classes trabalhadoras, bem como de outros setores historicamente marginalizados. A democracia, e não apenas as eleições, implica a proteção dos direitos humanos básicos, que são essenciais não só para as pessoas LGBTQIA+, mas para a classe trabalhadora e a população em geral.

O movimento negro trouxe uma importante contribuição ao debate sobre a natureza das sociedades capitalistas atuais e do mundo que queremos construir, pois mostrou como ideias ou ideologias de hierarquias raciais foram usadas para justificar a escravidão e as desigualdades pós-abolição. De formas diferentes, compreender as formas como o gênero aguça os padrões quotidianos de comportamento e cria hierarquias tem sido uma contribuição importante para as discussões sobre a marginalização histórica das mulheres e de outras pessoas que não se conformam com o comportamento tradicional de gênero. Não há contradição inerente na compreensão sobre como o capitalismo explora os trabalhadores, mas sim na extração de mais-valia do seu trabalho e na compreensão de como as ideologias construídas antes e durante o desenvolvimento do capitalismo criam hierarquias que marginalizam as mulheres e as pessoas de cor. Na verdade, estas ideologias justificam o fato que os trabalhadores negros em geral ganham menos, uma vez que são alegadamente inferiores, contribuindo assim para a sua superexploração. O mesmo se aplica ao valor inferior atribuído ao trabalho das mulheres. É claro que, ao mesmo tempo, como existem mulheres e pessoas LGBTQIA+ nascidas em todas as classes sociais, a desigualdade daqueles que pertencem às classes alta ou média é atenuada pela sua posição de classe, mas ainda existe.

Na minha opinião, é tarefa dos marxistas do “século XXI” fazer o árduo trabalho de mostrar como classe, raça e gênero estão todos interligados e como as reivindicações dos

movimentos de mulheres, do movimento negro e da comunidade LGBTQIA+ estão todas interligadas.

**Germinar:** Estudos contemporâneos que articulam parentesco, trabalho, reprodução e corpo evidenciam a antinomia socialmente construída entre sexo e gênero, associando o primeiro à natureza e o segundo à cultura. Qual é o impacto dessa antinomia na organização do movimento LGBT, em especial, na relação dos homossexuais masculinos, brancos e de classe média com a população trans e lésbica? Como você compreende essa questão?

**James Green:** Não se pode negar que estas diferenças são socialmente construídas e moldam a forma como entendemos gênero, raça e sexualidade. Classe, raça, gênero e orientação sexual impactam as pessoas de maneiras diferentes, com certeza. O desafio do movimento é encontrar formas de construir pontos em comum e articulações que possam unir diferentes grupos de pessoas sempre que possível. Esta não é uma tarefa fácil, pois o movimento LGBTQIA+ é composto por pessoas que estão inseridas na sociedade e refletem todas as ideias, preconceitos e conflitos que as rodeiam.

Entre muitos, há uma forte necessidade de afirmação da sua opressão e, em vez de compreender que o “inimigo” são as ideologias estruturais mais amplas que moldam uma sociedade, é muito mais fácil apontar aqueles que estão mais próximos como os principais culpados. Existe também uma tendência natural, embora possa ser pouco saudável, para as pessoas construírem hierarquias de opressão, colocando-se na posição dos mais oprimidos e culpando aqueles que as rodeiam de outros grupos de serem responsáveis. Não existem soluções fáceis para estas dinâmicas, que podem dividir ou causar graves tensões em organizações ou movimentos. Mas estas disputas perdem de vista questões mais amplas relacionadas com políticas de Estado ou ideologias generalizadas que precisam ser combatidas, e não outras dentro do mesmo movimento.

**Germinar:** O acirramento da LGBTfobia, do antifeminismo e do racismo no século XXI é a expressão do ascenso da extrema-direita em várias partes do mundo. Qual o vínculo entre esta agenda conservadora, o neofascismo e a política econômica ultraliberal nessa fase de reestruturação produtiva do capital?

**James Green:** Um processo complexo ocorreu no auge da Guerra Fria. Por um lado, houve fortes movimentos democráticos no Ocidente para expandir as promessas não cumpridas das Revoluções Americana e Francesa de liberdade, igualdade, fraternidade e democracia. Isso se refletiu no movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e, mais tarde, no movimento de mulheres e LGBTQIA+. Também esteve incorporado nos movimentos anticoloniais na Ásia e na África. Na América Latina, isso se refletiu nos movimentos trabalhistas que levaram o populismo ao poder e ampliaram os direitos dos trabalhadores no Brasil e, mais tarde, nos movimentos democráticos contra

as ditaduras que chegaram ao poder em toda a América Latina. Esses movimentos alcançaram grandes avanços em todos os aspectos da sociedade. Ao mesmo tempo, os movimentos dos trabalhadores na Europa Oriental periodicamente se levantaram contra os regimes autoritários que não conseguiram cumprir as promessas do socialismo.

Ao mesmo tempo, o capitalismo dos EUA e da Europa Ocidental, que se tinha expandido significativamente no final da Segunda Guerra Mundial, respondeu aos salários cada vez mais elevados dos trabalhadores, procurando transferir as suas operações para o exterior, criando uma desindustrialização de grandes setores de ambas as economias. Isso beneficiou o Brasil por um tempo, quando as fábricas de automóveis chegaram à região do ABC, o que aumentou o padrão de vida da mão de obra qualificada e nos trouxe Lula e o novo movimento sindical.

À medida que o capital se deslocava dos Estados Unidos e da Europa para outras partes do mundo, o nível de vida da classe trabalhadora e de muitas pessoas da classe média diminuía, criando desemprego, ressentimento e um sentimento de deslocamento. Em vez de atribuir a culpa à inconstância do capital, os políticos de direita e os líderes religiosos conservadores apontaram para mudanças na sociedade – os novos papéis que as mulheres estavam a desempenhar, a visibilidade das pessoas LGBTQIA+, a entrada de pessoas de cor historicamente marginalizadas em empregos e universidades.

Assim, ideologias que estavam ligadas ao capitalismo, como o racismo, que justificava a escravidão, foram reempregadas para explicar todos os problemas da sociedade. Nos Estados Unidos, isto significava culpar a ação afirmativa ou os trabalhadores imigrantes por causarem o declínio do nível de vida dos trabalhadores brancos. Ou culpar o movimento de mulheres ou o movimento LGBTQIA+ pela desagregação da família, algo que foi mais resultado das forças capitalistas sobre a sociedade.

Trump tem sido brilhante ao fazer isso. Dar uma enorme redução de impostos aos ricos nos seus primeiros anos de mandato, ao mesmo tempo que culpa os imigrantes latinos e os negros por todos os problemas da sociedade.

O neoliberalismo que, entre outras características, favorece o desmantelamento do Estado-de bem-estar e das proteções sociais, exacerbou esse processo, tanto na exportação de capitais que desindustrializou muitos países, como nos ataques aos social-democratas no período pós-Segunda Guerra Mundial. Aqueles que viram um aumento no nível de vida das suas famílias num determinado momento e depois o viram cair têm sido vulneráveis à manipulação e ao recrutamento pelas forças neofascistas que estão a crescer em todo o mundo.

**Germinar:** A “ideologia de gênero” advém de setores reacionários da Igreja Católica e ganha ampla repercussão nas Igrejas neopentecostais. Contudo, não se trata de um fenômeno restrito ao âmbito religioso e tem mobilizado projetos legislativos nas áreas da saúde e da educação. Qual o percurso desse debate até chegar ao Congresso nacional no Brasil? Ele está presente nos EUA? Quem mobiliza essa “ideologia” e com qual finalidade?

**James Green:** Aqui acho que não há mistério. A “ideologia de gênero”, que para muitos parece ser um ataque meramente ao movimento feminista, é na verdade uma forma velada de atacar o movimento LGBTQIA+. Em parte, isto se deve ao fato de muitas das ideias do movimento feminista terem permeado com sucesso a sociedade ocidental, e as meninas e mulheres (e muitos homens) que não se autodenominariam feministas, acreditam nos objetivos do movimento feminista.

Assim, os setores conservadores da Igreja Católica perceberam que a forma de conter os avanços dos últimos sessenta anos é atacar aqueles que são mais vulneráveis com campanhas falsas sobre o perigo do movimento LGBTQIA+ porque questiona as normas tradicionais de gênero e sexuais. Em afirmar que o objetivo é doutrinar os jovens para exigirem operações de “mudança de sexo” ou insistirem que uma pessoa trans vai atacar uma menina ou mulher cis no banheiro público. Tudo isso é obviamente um disparate. Mas exploram as ansiedades generalizadas que muitas pessoas sentem em relação às mudanças na sociedade e apelam a um passado imaginário onde “os meninos usam azul e as meninas usam rosa”.

O movimento cristão evangélico no Brasil tem sido muito rápido em se apropriar desses argumentos como parte de seus esforços para recrutar e reter membros, que se sentem isolados ou ansiosos com uma sociedade que parece estar desmoronando ao seu redor. Oferecem conforto e um retrato simples de como a sociedade deveria ser, o que tranquiliza aqueles que têm empregos precários ou valores sociais em mudança.

Embora seja verdade que muitas das igrejas evangélicas cristãs no Brasil tenham raízes entre os missionários norte-americanos e europeus que fizeram evangelização durante o século XX, os pastores brasileiros são incrivelmente criativos na construção de suas próprias igrejas, movimentos e projetos.

**Germinar:** Assim como governos conservadores mobilizam o “pânico moral” naquilo que se refere ao sexo, a sexualidade e ao gênero, governos que defendem o Estado democrático de direito mobilizam o igualitarismo abstrato e soluções punitivistas contra as opressões. As pautas dos direitos sociais, sem crítica a natureza capitalista do Estado e sua forma neoliberal, guardam soluções para as minorias de direito? Qual o caminho para a superação dessa dicotomia e construção de liberdade e igualdade substantivas para a classe trabalhadora?

**James Green:** Eu costumava ter respostas simples para essas perguntas. Hoje sou a favor de uma solução social-democrata radical que garanta os direitos democráticos para todos e estruture a economia de forma a que o Estado possa fornecer todos os serviços sociais básicos que entendemos como direitos humanos: educação gratuita de qualidade, serviços de saúde de alta qualidade, transporte público para todos, moradia acessível, empregos bem remunerados, tudo no contexto de um ambiente sustentável. Embora possa parecer apenas um programa reformista, é bastante

revolucionário porque exigiria a mobilização política para criar uma economia e um Estado que tivesse o poder de limitar o capitalismo e resolver estes problemas.

As alternativas autoritárias fornecidas por outros setores da esquerda – Rússia, China, Cuba, Nicarágua, Irã (“os inimigos do meu inimigo são os meus amigos”) – são regimes sem liberdade e sem justiça social. Muitos marxistas revolucionários ainda pensam que a Rússia é a União Soviética, que a família de Ortega é algo diferente de uma nova versão da família de Somoza, que a China é uma nação gloriosa de camponeses e trabalhadores felizes, ou que o Irã, como inimigo declarado dos Estados Unidos, é um regime que deve ser apoiado.

Acho que todos estes regimes são piores para os progressistas do que foi o governo Médici. E, francamente, como homem gay e de esquerda, não tenho o direito de viver pacificamente ou felizmente em qualquer destes regimes. Outros podem viver ainda numa fantasia sobre o que foi “século XX revolucionário”, mas estão apenas a enganar-se a si próprios.

---

### **Notas**

<sup>1</sup> Professor de História da América Latina na Brown University. Doutorou-se em 1996 na Universidade da Califórnia (Ucla) com uma tese sobre a história da América Latina, com especialização no Brasil, país no qual morou por muitos anos. Escreveu diversos livros autorais, alguns deles traduzidos para o português, tais como *Além do carnaval* (Ed. Unesp, 3. ed., 2022) e *Revolucionário e gay: a extraordinária vida de Herbert Daniel* (Ed. Civilização Brasileira, 2018), e organizou coletâneas em parcerias como *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade* (Ed. UFscar, 2018) e *História do Movimento LGBT no Brasil* (Ed. Alameda, 2018). E-mail: James\_Green@brown.edu.

Recebido em: 26 de dez.2023

Aprovado em: 28 de dez. 2023